

## J.16 – OFÍCIOS “S” (OFS)

<b>Pendentes no início da Sessão Legislativa</b>	<b>53</b>
<b>Recebidos</b>	<b>47</b>
Aprovados pelo Plenário	26
Transformados em Projeto de Resolução do Senado	1
<b>Total Aprovados</b>	<b>27</b>
Rejeitados pelo Plenário	2
<b>Total Rejeitados</b>	<b>2</b>
Conhecidos	11
<b>Pendentes no final da Sessão Legislativa</b>	<b>60</b>

OFÍCIOS “S” POR NATUREZA	Tramitaram em 2013		
	De anos anteriores	De 2013	Total
Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão	20	1	21
Diplomas, condecorações e premiações	-	1	1
Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	2	13	15
Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	-	13	13
Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	3	-	3
Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos	-	3	3
Relatório de atividades das Agências Nacionais	-	2	2
Relatório, recomendação, documentação	21*	9	30
Suspensão de execução de lei inconstitucional	4	3	7
Voto do Presidente do Senado Federal como membro do Conselho de Defesa Nacional	1	-	1
Matérias não classificadas	2*	2	4
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>47</b>	<b>100</b>

\* O OFS 9/2003 constou no Relatório da Presidência 2012 como “matéria não classificada” por natureza. Em 2013, recebeu a classificação “Relatório, recomendação, documentação”. Assim, os quantitativos de OFS de anos anteriores classificados nas naturezas citadas alteraram-se respectivamente de 3 para 2 e de 20 para 21.

<b>Alteração de controle societário de empresa jornalística ou de radiodifusão</b>	<b>21</b>
Conhecidos	2
Pendentes no final da Sessão Legislativa	19

<b>Diplomas, condecorações e premiações</b>	<b>1</b>
Pendentes no final da Sessão Legislativa	1

<b>Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público</b>	<b>15</b>
Aprovados pelo Plenário	13
Rejeitados pelo Plenário	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	1

<b>Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>13</b>
Aprovados pelo Plenário	12
Rejeitados pelo Plenário	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	0

<b>Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado</b>	<b>3</b>
Pendentes no final da Sessão Legislativa	3

<b>Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos</b>	<b>3</b>
Conhecidos	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	2

<b>Relatório de atividades das Agências Nacionais</b>	<b>2</b>
Conhecidos	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	1
<b>Relatório, recomendação, documentação</b>	<b>30</b>
Conhecidos	6
Pendentes no final da Sessão Legislativa	24
<b>Suspensão de execução de lei inconstitucional</b>	<b>7</b>
Transformados em Projeto de Resolução do Senado	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	6
<b>Voto do Presidente do Senado Federal como membro do Conselho de Defesa Nacional</b>	<b>1</b>
Pendentes no final da Sessão Legislativa	1
<b>Matérias não classificadas</b>	<b>4</b>
Aprovados pelo Plenário	1
Conhecidos	1
Pendentes no final da Sessão Legislativa	2

#### J.16.1 – Ofícios “S” (OFS) de anos anteriores

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
7/1983	13/1983	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo supremo tribunal federal nos autos do Recurso Extraordinário 97250-1, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade da expressão 'maçã e', constante da alínea 'e' do inciso xv, do artigo quinto, do regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, aprovado pelo Decreto 5410, de 30 de dezembro de 1974, do Estado de São Paulo, na redação dada pelo artigo primeiro, inciso I, do decreto 14737, de 15 de fevereiro de 1980, do mesmo Estado.	Tramitando
59/1990	149/1990	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, resultado da sessão plenária, realizada dia 21 de novembro de 1990, em que aquela Corte julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade numero 41-1.	Tramitando
31/1997	22/1997	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido nos autos do recurso extraordinário 183119-7/210, e do parecer da procuradoria-geral da república, emitido nos mesmos autos.	Tramitando
9/2000	153/2000	Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal cópia de propositura, solicitando estudos e providências no sentido de formalizar legislação apta a regulamentar a existência de loteamentos fechados no âmbito nacional.	Tramitando
51/2000	291/2000	Procurador-Geral de Justiça (Pe)	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal informações sobre providências adotados pelo Ministério Público de Pernambuco em face das conclusões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1.101, de 1996, que apurou irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996, especificamente com relação à emissão de títulos pelo Governo do Estado de Pernambuco.	Tramitando
7/2001	5.202/2001	Banco Central do Brasil	-----	Coloca-se à disposição do Senado Federal para prestar os esclarecimentos necessários, em data a ser oportunamente marcada, conforme preceitua o § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000: "no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços".	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
9/2003 <sup>1</sup>	116/2003	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Relatório, recomendação, documentação	Solicita, na qualidade de Chefe do Poder Judiciário Nacional, a tomada de providências no âmbito da segurança pública, visando o combate à criminalidade.	Tramitando
5/2005	-	Conselho de Comunicação Social	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal, a Recomendação nº 01, de 2004, do Conselho de Comunicação Social, aprovada na 12ª Reunião, realizada no dia 04 de dezembro de 2004.	Tramitando
2/2006	21/2006	Presidente da Câmara dos Deputados	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste (CPI - Extermínio no Nordeste).	Tramitando
8/2006	133/2006	Perly Cipriano	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006.	Tramitando
37/2007	18/2007	Governo do Paraná	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, para conhecimento, documentação relativa ao pleito do Estado do Paraná junto à União - Ministério da Fazenda - PGFN, e da Declaração de Apoio firmada pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual.	Tramitando
43/2007	526/2007	Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Voto do Presidente do Senado Federal como membro do Conselho de Defesa Nacional	Encaminha ao Senado Federal minuta do Plano Anual de Outorga Florestal solicitando a manifestação do Presidente do Senado Federal, na condição de membro do referido Conselho, sobre a proposta de concessão da Floresta Nacional de Macauã, situada na faixa de fronteira do Município de Sena Madureira, Estado do Acre.	Tramitando
17/2008	6/2008	Governador do Estado de Rondônia	Relatório, recomendação, documentação	Do Governador do Estado de Rondônia relatando os efeitos da Guerra fiscal entre os Estados e seu uso político contra o Estado de Rondônia.	Tramitando
2/2009	-	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	Encaminha o Ofício nº 93, de 2008, do Ministério Público do Estado do Piauí, contendo documentação supostamente comprobatória de casos de tortura de presos na cidade de Picos-PI.	Tramitando
8/2009	-	Corregedor do Senado Federal	Relatório, recomendação, documentação	Reportando providências da Corregedoria do Senado Federal referentes a notícias publicadas sobre a "Operação Castelo de Areia" da Polícia Federal.	Tramitando
14/2009	495/2009	Procurador-Geral da República	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal expediente da Subprocuradora-Geral da República.	Tramitando
51/2009	180/2009	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Inspeção Prisional realizada no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo.	Tramitando
52/2009	1.189/2008	Presidente Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha Moção nº 62, de 2007, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para que se promovam estudos visando a alterar a legislação vigente sobre direitos autorais.	Tramitando
53/2009	-	Presidente do Senado Federal	-----	Eleição dos Membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	Tramitando
54/2009	-	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	Encaminha, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, documentação do Sr. JOSÉ CARLOS BARBOSA em que solicita providências para o efetivo cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, exarada por Tribunal competente, em face da Caixa Seguradora S/A.	Tramitando
55/2009	-	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Ofício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhando sugestões recebidas por aquele colegiado	Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, documentos que denunciam a violação de direitos indígenas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, e dos Direitos Humanos na Alemanha.	Tramitando

<sup>1</sup> Reclasificado como "Relatório, recomendação, documentação".

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
6/2010	-	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	Relatório, recomendação, documentação	O Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos - primeiro Semestre de 2009, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.	Tramitando
21/2010	1.604/2010	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal, o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício 2009, sobre atividades desenvolvidas e resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.	Tramitando
2/2011	2.611/2010	Superintendente da Sudene	Relatório, recomendação, documentação	Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos - primeiro Semestre de 2010, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.	Tramitando
7/2011	-	Jornal Cidade de Rio Claro Ltda	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.	Conhecida Sessão: 02/10/2013 À Câmara dos Deputados
8/2011	16/2011	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Comunica ao Senado Federal que, na sessão plenária de 23 de fevereiro de 2011, conheceu e deu provimento, no mérito por unanimidade do Recurso Extraordinário nº 379.154, e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052 de 1983.	Transformada em Projeto de Resolução do Senado Sessão: 08/03/2013
38/2011	175/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 5 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência da concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S/A., para a Rádio Catedral de Sorocaba Ltda. explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Votorantim, Estado de São Paulo.	Tramitando
39/2011	176/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência da concessão outorgada à Rádio Sociedade Cruz de Malta Ltda., para a B.F.L.S Comunicações Ltda. explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
40/2011	177/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência da concessão outorgada à Fundação Mater ET Magistra de Londrina, para a Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas tropicais no município de Londrina, Estado do Paraná.	Tramitando
41/2011	178/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 5 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Difusora Duque de Caxias Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
42/2011	179/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 27 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Dragão do Norte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Massapê, Estado do Ceará.	Tramitando
43/2011	180/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 26 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Diário Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Fortaleza, Estado do Ceará.	Tramitando
44/2011	181/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Valinhos, Estado de São Paulo.	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
45/2011	182/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais, no município de Campinas, Estado de São Paulo.	Tramitando
46/2011	183/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Comunica que a Portaria nº 177, de 4 de junho de 2003, que outorgava permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, referendada pelo Decreto Legislativo nº 290, de 2009, foi anulada por meio da Portaria nº 903, de 6 de outubro de 2010, de conformidade com a Exposição de Motivos nº 833, de 9 de novembro de 2010, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.	Tramitando
47/2011	184/2011	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Submete à apreciação do ato constante da Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, o qual revoga a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
56/2011	-	Liderança Partidária	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor EDVALDO FERNANDES DA SILVA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Tramitando
1/2012	646/2012	Ministério da Integração Nacional	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011.	Tramitando
2/2012	4/2012	Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Aracruz/Es	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, nos termos do artigo 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de Aracruz/ES, referente ao terceiro trimestre de 2011.	Conhecida Sessão: 10/10/2013 Ao arquivo
4/2012	68/2012	Ministro de Estado da Integração Nacional	Relatório, recomendação, documentação	Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012.	Tramitando
5/2012	310/2012	Câmara dos Deputados	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Aprovada pelo Plenário Sessão: 06/03/2013
8/2012	119/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 1/12, Transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia.	Tramitando
10/2012	327/2012	Secretário de Saúde do Governo Municipal de São Bernardo do Campo (Sp)	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, nos termos do artigo 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, cópia da documentação de apresentação da Plenária de Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao 1º quadrimestre de 2012.	Conhecida Sessão: 08/04/2013 Ao arquivo
12/2012	512/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Transfere a concessão outorgada à Rádio Bahiana de Jequié LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jequié, Estado da Bahia, para a Rádio Am de Jequié LTDA.	Tramitando
15/2012	618/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3/2012, de que trata o PDC 02149 2009, que "Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 15 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Guaíba Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul".	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Situação
16/2012	619/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 4/2012, de que trata o PDC 01967 2009, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 15 de junho de 2012, a transferência para a Intertevê Serviços Ltda. da concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".	Tramitando
17/2012	620/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 5/2012, de que trata o PDC 02118 2009, que "Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotista, do controle societário da Rádio Record de Curitiba Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Curitiba, Estado do Paraná".	Tramitando
18/2012	621/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 6/2012, de que trata o PDC 00501 1997, que "Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotista, no controle societário da Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Cianorte, Estado do Paraná".	Tramitando
19/2012	622/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC Nº 7/12, de que trata o PDC 00879 2003, que "Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo cotista, do controle societário da Rádio Difusora América de Chopinzinho Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Chopinzinho, Estado do Paraná".	Tramitando
20/2012	623/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC Nº 8, 12, de que trata o PDC 01246 2001, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 21 de junho de 2012, a transferência para a Rádio e Televisão Matogrossense Ltda. das concessões outorgadas à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens nos municípios de Rondonópolis e Sinop, Estado de Mato Grosso".	Tramitando
21/2012	624/2012	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC Nº 9/12, de que trata o PDC 00104 2011, que "Comunica que foi autorizada, conforme Despacho publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda., exploradora de serviço de radiodifusão, no município de Campo grande, Estado de Mato Grosso do Sul".	Tramitando
22/2012	429/2012	Ministério da Integração Nacional	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2011.	Tramitando
25/2012	147/2012	Autoridade Pública Olímpica - Apo	Relatório, recomendação, documentação	Apresenta, na forma da lei, o relatório desenvolvido pela APO no primeiro semestre de 2012, bem como indica as ações programadas para o segundo semestre de 2012.	Conhecida Sessão: 23/05/2013 Ao arquivo

## J.16.2 - Ofícios "S" (OFS) de 2013

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Data da Leitura	Situação
1/2013	-	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha o Relatório de Gestão do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, referente aos Biênios 2009-2010 e 2011-2012.	06/02/2013	Conhecida Sessão: 08/04/2013 Ao arquivo
2/2013	182/2013	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, os documentos do Senhor Juiz Federal Alexandre Berzosa Saliba, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2013-2015.	06/03/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/05/2013
3/2013	186/2013	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, os documentos do Doutor GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015.	06/03/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/04/2013
4/2013	148/2013	Tribunal Superior do Trabalho	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.	11/03/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/04/2013
5/2013	243/2013	Superior Tribunal de Justiça	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, os documentos originais do Senhor Juiz Federal SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015.	19/03/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/05/2013
6/2013	8.936/2013	Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União	Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos	Informa ao Senado Federal que estão disponíveis, em endereço na internet, os Relatórios de Fiscalização da 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.	04/04/2013	Conhecida Sessão: 10/05/2013 Ao arquivo
7/2013	22/2013	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da advogada GISELA GONDIN RAMOS, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para a composição do Conselho Nacional de Justiça, quanto ao mandato que terá início no ano de 2013.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 05/06/2013
8/2013	22/2013	Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Comunica, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição da República, e de acordo as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do nome do advogado PAULO EDUARDO PINHEIRO TEIXEIRA para a composição do Conselho Nacional de Justiça quanto ao mandato que terá início em 2013.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/07/2013
9/2013	380/2013	Procuradoria-Geral da República	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/07/2013
10/2013	380/2013	Procuradoria-Geral da República	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JARBAS SOARES JÚNIOR, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/07/2013

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Data da Leitura	Situação
11/2013	380/2013	Procurador-Geral da República	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO FERRA DE CARVALHO, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/07/2013
12/2013	23/2013	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ESDRAS DANTAS DE SOUZA, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/05/2013
13/2013	23/2013	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/05/2013
14/2013	380/2013	Procuradoria-Geral da República	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VLADIMIR BARROS ARAS, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Rejeitada pelo Plenário Sessão: 03/07/2013
15/2013	380/2013	Procurador-Geral da República	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete ao Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO PEREIRA DUARTE, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/05/2013
16/2013	380/2013	Procurador-Geral da República	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/07/2013
17/2013	380/2013	Procurador-Geral da República	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	10/04/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 08/05/2013
18/2013	43/2013	Câmara dos Deputados	Alteração de controle societário de empresas jornalísticas ou de radiodifusão	Encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário nº 10, de 2013, da empresa jornalística GCN Publicações Ltda.	16/04/2013	Conhecida Sessão: 12/12/2013 Ao arquivo
19/2013	249/2013	Ministério da Pesca e Aquicultura	----	Solicita a designação de membros do Senado Federal para integrarem delegação que irá a Israel, no período de 9 a 13 de junho de 2013, a fim de visitar empreendimentos voltados à aquicultura e manter contato com autoridades daquele país, com vistas à futura cooperação na área de piscicultura.	02/05/2013	Conhecida Sessão: 10/07/2013 Ao arquivo
20/2013	51/2013	Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel	Relatório de atividades das Agencias Nacionais	Encaminha cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual da ANEEL referente ao exercício de 2012.	20/05/2013	Conhecida Sessão: 06/09/2013 Ao arquivo
21/2013	-	Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel	Relatório de atividades das Agencias Nacionais	Encaminha Relatório Anual 2012, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.	21/05/2013	Tramitando
22/2013	603/2013	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.	03/06/2013	Rejeitada pelo Plenário Sessão: 07/08/2013
23/2013	603/2013	Procurador-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILBERTO VALENTE MARTINS, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Pará, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.	03/06/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 03/07/2013
24/2013	380/2013	Tribunal Superior do Trabalho	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RUBENS CURADO SILVEIRA, Juiz do Trabalho, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.	03/06/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 21/08/2013



(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Data da Leitura	Situação
25/2013	380/2013	Tribunal Superior do Trabalho	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLÁVIO PORTINHO SIRÂNGELO, Desembargador do Trabalho, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.	04/06/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 21/08/2013
26/2013	69/2013	Autoridade Pública Olímpica - Apo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO no segundo semestre de 2012.	04/06/2013	Conhecida Sessão: 16/10/2013 Ao arquivo
27/2013	2.567/2013	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do inteiro teor do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 363.852, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97 (desobriga os recorrentes da retenção e do recolhimento da contribuição social ou do seu recolhimento por subrogação sobre a "receita bruta proveniente da comercialização da produção rural" de empregadores, pessoas naturais, fornecedores de bovinos para abate).	10/06/2013	Tramitando
28/2013	215/2013	Supremo Tribunal Federal	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, IV, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, pelo Supremo Tribunal Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2013-2015.	24/06/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/08/2013
29/2013	216/2013	Supremo Tribunal Federal	Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, os documentos do Senhor Juiz de Direito LEONARDO FARIAS DUARTE, da Vara Única de São Miguel do Guamá, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2013-2015.	24/06/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/08/2013
30/2013	215/2013	Supremo Tribunal Federal	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Comunica, na forma do disposto no inciso V do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação da Juíza de Direito DEBORAH CIOCCI, Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2013/2015.	25/06/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 21/08/2013
31/2013	-	Líderes Partidários	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.	04/07/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/08/2013
32/2013	-	Líderes Partidários	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Indica o Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.	08/07/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 07/08/2013
33/2013	20.838/2013	Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 41, inciso IV, da Lei nº 12.527, de 2011, o Relatório Anual com informações atinentes à implementação da mencionada Lei no âmbito do Poder Executivo Federal.	15/07/2013	Conhecida Sessão: 04/10/2013 Ao arquivo

(OFS) Número	Número na Origem	Autoria	Natureza	Ementa	Data da Leitura	Situação
34/2013	337/2013	Governo do Estado de São Paulo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha relatório relativo ao cumprimento dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada por parte do Estado de São Paulo, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.	01/08/2013	Tramitando
35/2013	1/2013	Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha relatório relativo ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.	29/08/2013	Tramitando
36/2013	341/2013	Ministério da Integração Nacional	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012.	02/09/2013	Tramitando
37/2013	402/2013	Conselho Nacional de Justiça	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha ao Senado Federal relatório sobre os trabalhos realizados pela Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul.	05/09/2013	Tramitando
38/2013	19.369/2013	Controladoria-Geral da União	Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos	Informa que está disponibilizado no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União a versão alterada do Relatório de Fiscalização do Município de Piçarra/PA - 37ª etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.	06/09/2013	Tramitando
39/2013	27.278/2013	Controladoria-Geral da União	Relatório da Controladoria-Geral da União referente ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos	Comunica que estão disponibilizados no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União os Relatórios de Fiscalização contendo os resultados das ações de controle correspondentes a 38ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.	13/09/2013	Tramitando
40/2013	-	Mesa do Senado Federal	-----	Eleição do Corregedor e Corregedores Substitutos do Senado Federal.	18/09/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/09/2013
41/2013	1.902/2013	Procuradoria-Geral da República	Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Encaminha o nome do membro do Ministério Público da União, Doutora LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN, Procuradora Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.	26/09/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 16/10/2013
42/2013	124/2013	Autoridade Pública Olímpica - Apo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei 12.396/2011, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO, referente ao 1º semestre de 2013.	01/10/2013	Tramitando
43/2013	-	Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã	Diplomas, condecorações e premiações	Décima Terceira Premiação do Diploma Mulher-Cidadã, Bertha Lutz, criada pela Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, a realizar-se em março de 2014, para homenagear cinco cidadãs brasileiras, de diferentes áreas de atuação, que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero em nosso País.	23/10/2013	Tramitando
44/2013	2.320/2013	Procuradoria-Geral da República	Indicação de membro de Conselho Nacional do Ministério Público	Encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, os documentos do Senhor Procurador Regional da República FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, indicado pelo Ministério Público Federal, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.	27/11/2013	Aprovada pelo Plenário Sessão: 17/12/2013
45/2013	529/2013	Governo do Estado de São Paulo	Relatório, recomendação, documentação	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei Federal 11.079/2004, documentação relativa ao processo de parceria público-privada para prestação dos serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo.	16/12/2013	Tramitando

<b>(OFS) Número</b>	<b>Número na Origem</b>	<b>Autoria</b>	<b>Natureza</b>	<b>Ementa</b>	<b>Data da Leitura</b>	<b>Situação</b>
46/2013	5.663/2013	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 208.260, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724/1979.	-	Tramitando
47/2013	5.664/2013	Supremo Tribunal Federal	Suspensão de execução de lei inconstitucional	Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 567.985, em que o Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 34 da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso).	19/12/2013	Tramitando